

FENASTC definiu iniciativas para 2025

Em reunião da Diretoria Executiva e Conselhos da FENASTC, ampliada com Convidados, realizada na Sede do SINDILEX, São Paulo, Capital, dias 05 e 06 de Dezembro de 2024 foi organizada a atuação da federação para o ano de 2025

Conjuntura mundial e brasileira

1 - Os acontecimentos mundiais, com guerras, genocídios e violências informa um mundo radicalizado, em transformação e com falência das instituições.

Trata-se de compreender e aproveitar as mudanças geopolíticas e preparar o Brasil para este (novo) momento;

2 - As eleições no EUA indicam um comportamento do eleitorado, com o cidadão cada vez mais isolado e receptivo para mensageiros da “prosperidade” e defesa do individualismo;

3 – A construção dos BRICS, agora ampliado, se constitui em alternativa para o desenvolvimento dos Países do Sul Global, numa política de colaboração. O Brasil, com boa imagem internacional, cumpre um papel relevante neste processo;

4 – A realização da COP/30, no Brasil, em 2025, evidencia a responsabilidade na construção de transição

energética justa e de uma economia sustentável, tendo o meio-ambiente como pauta obrigatória;

5 – O Cenário econômico nacional segue priorizando os setores financeiros, que manipulam informações sobre expectativa de inflação e crescimento econômico, com graves prejuízos às forças produtivas e determinando um grande endividamento das pessoas e famílias;

6 – Como consequência na vida política se evidencia a crise da democracia eleitoral, com parte importante da população negando-se a votar. Partidos políticos e parlamentos são entendidos como não representativos dos interesses dos brasileiros;

7 – O Governo Federal mantém o denominado arcabouço fiscal com plano econômico apresentado ao Congresso Nacional, que impacta sobre investimentos sociais e de infraestrutura beneficiando, em essência, àqueles que vivem da especulação, mantendo-se taxas de juros exorbitantes;

8 – A vida cultural do “homem do povo” é invadida com uma reprodução da miséria humana, rebaixando ou impedindo a compreensão do mundo e da ciência;

Qual é o papel dos trabalhadores, das organizações (associações, sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais) na vida atual

9 – Construir uma agenda unitária entre as centrais sindicais, que envolva toda a estrutura federativa do movimento sindical e disputar o Governo, Congresso e Judiciário para uma pauta positiva aos trabalhadores. Combater a precarização das condições de trabalho;

10 – Esclarecer a sociedade sobre os danos das denominadas reformas trabalhistas e da previdência, dizendo dos riscos onde os trabalhadores não se aposentarão e da grave crise geracional no Serviço Público;

11 – Atuar no Congresso Nacional e junto ao Judiciário (TST e STF) contra o desmonte dos direitos dos trabalhadores e buscar reestabelecer a capacidade do movimento sindical de defesa das suas categorias, resolvendo o financiamento de suas estruturas;

Qual é o papel da FENASTC, dentro do Brasil e na ULATOC e UITOC (União Latino-Americana e União Internacional de Trabalhadores em Controle)?

12 – Ampliar a presença e participação do Brasil junto às entidades latino-americanas e internacional, colocando a voz dos trabalhadores em controle externo - junto de todos os trabalhadores - no combate à corrupção, melhoria da eficiência dos Estados Nacionais, na prestação de serviços e outros temas comuns do controle;

Quais pautas de lutas devemos adotar? O que recomenda a FENASTC?

13 – Atuar para unificar a organização das entidades (Associações e Sindicatos) numa entidade nacional forte e coesa;

14 - Seguir organizando a CONACATE – Confederação de Carreiras de Estado e a PÚBLICA – Central Sindical dos Servidores Públicos do Brasil. Através da Pública atuar na Internacional dos Serviços Públicos - ISP;

15 – Seguir na avaliação dos Tribunais de Contas brasileiros. Ampliar a denúncia sobre a violação da Constituição Federal na escolha de Ministro e Conselheiros.

Retomar a campanha Ministro e Conselheiro Cidadão;

16 – Consolidar e manter atualizada informações sobre condições de trabalho e remuneração dos Servidores em todos os Tribunais;

17 - Combater às desigualdades e discriminações, dentro dos Tribunais de Contas e aliar-se a campanhas de outras organizações sociais;

18 – Defender a publicação dos relatórios de auditoria e o diálogo com a sociedade aproximando a população das ideias de controle;

19 – Completar a Uniformização da denominação dos Auditores de Controle Externo. Organizar todas as denominações presentes nos Tribunais de Contas;

20 – Atualizar as propostas de alteração constitucional e de outras legislações defendidas pela federação;

21 – Ampliar a Campanha nacional pela Independência da Função de Auditoria. Esclarecer que se trata da mudança profunda dos Tribunais de Contas.

São Paulo, dezembro de 2024.

